



Agrupamento de Escolas Clara de Resende

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Parecer do Conselho Geral

Tendo em conta a solicitação do Ministério da Educação para emissão de parecer sobre o documento ***Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória***, o Conselho Geral enuncia a seguinte posição, organizando-a em 9 pontos.

1. Preliminares

O conselho manifesta as seguintes considerações preliminares:

- a) Impacto e consequências do documento: o conselho espera que o documento tenha consequências nos vários planos de ação e oriente as políticas e as práticas educativas. A não ser assim é um defraudamento e uma perda de tempo.
- b) Em concreto, manifesta preocupação quanto à tradução dos princípios, visão, valores e competências na eventual revisão dos currículos e dos programas e formação dos diversos agentes educativos.

2. Do conceito: atualidade, pertinência e relevância

A definição de um perfil de competências que os alunos devem possuir à saída da escolaridade obrigatória de 12 anos e que seja largamente consensualizado por todos os elementos das comunidades educativas locais é um processo e um produto de grande atualidade, podendo assumir larga pertinência e relevância se orientar efetivamente a ação educativa de todos os atores do sistema educativo desde o nível central ao local.

3. Pressupostos

Os pressupostos nos quais se baseiam o documento afiguram-se importantes para a ação educativa: a promoção da *liberdade, da responsabilidade, da valorização do trabalho, da consciência de si próprio, da inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia perante os outros e a diversidade do mundo* são elementos fundamentais para uma vida digna e decente.

Por outro lado, o desígnio de *formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos* e de *considerar as aprendizagens* [cognitivas, emocionais, afetivas, relacionais, sociais e laborais] *como centro do processo educativo*, e como condição de liberdade e de inclusão efetiva é uma consideração de grande relevância.



4. Diagnóstico

Como refere, com acuidade, o documento *ao longo dos últimos 30 anos, os planos de estudo para os ensinos básico e secundário e os programas das disciplinas foram sofrendo alterações individualizadas e desiguais. Este trabalho atomizado e sectorial sacrificou uma visão integrada dos documentos curriculares e, conseqüentemente, das aprendizagens a desenvolver ao longo da escolaridade.*

Este grave problema não é passível de resolução com a aprovação e adoção pelas escolas deste perfil. Mas pode dar um contributo se se avançarem com outros dispositivos que promovam uma gestão mais integrada, articulada e flexível do currículo.

Por outro lado, parece imperativo que a reclamada articulação vertical e horizontal do currículo seja efetivamente promovida a partir do centro político e administrativo, o que requer a criação de uma estrutura inteiramente dedicada a este propósito. De facto, o currículo e os programas disciplinares que o constituem e corporizam não podem continuar a ser um conglomerado de matérias determinadas por grupos e associações especializadas.

5. Justificativa

O documento justifica-se considerando que *uma escolaridade obrigatória de doze anos constitui um desafio na medida em que implica a consideração de percursos educativos diversificados, atendendo à variedade de públicos e respetivos objetivos formativos.*

Esta justa consideração tem de servir para instituir a diversidade e a equivalência escolar de percursos formativos, evitando impor a todos os alunos os mesmos conteúdos e os mesmos programas, uma vez que esta orientação, sob a capa da inclusão, gera a exclusão escolar.

Apresentar e consagrar uma visão partilhada daquilo que se pretende que os jovens alcancem é um propósito louvável, aceitando-se que, para tal, é determinante o compromisso da escola, a ação dos professores e o empenho das famílias e encarregados de educação.

E por outro lado, tem de ter conseqüências a afirmação de que *professores, educadores, gestores, decisores políticos e também todos os que direta ou indiretamente têm responsabilidades na educação encontrem neste documento a matriz para a tomada de decisão sobre as opções de desenvolvimento curricular.*

Princípios, visão e valores

Os princípios, a visão e os valores são relativamente consensuais. Embora possam estar subjacentes, considera-se que valeria a pena uma referência explícita aos valores da solidariedade e de compassividade. Com refere Rubem Alves: *eu proponho, portanto, que o homem seja definido como uma nova espécie: o homo compassivus. Àqueles a quem falta a compaixão falta também a qualidade de humanidade.*

Importaria, de qualquer modo, enunciar uma estratégia global que permitisse, no plano da ação concreta, fazer com que tais referenciais fossem partilhados e adotados.



6. Competências chave

Sobre as 10 competências-chave eles são suficientemente abrangentes e relevantes para definirem um modo de vida num mundo de elevada incerteza, pelo que não merecem qualquer objeção substantiva.

De qualquer modo, seria provavelmente justificável uma maior ênfase no desenvolvimento das competências de criação nos seus diferentes domínios – científicos, artísticos, estéticos, técnicos, práticos, pois nos parece ser a pedra angular de um futuro incerto.

7. Implicações práticas

No capítulo das implicações práticas, o documento faz referência a *um conjunto de ações relacionadas com a prática docente e que são determinantes para o desenvolvimento do perfil dos alunos*.

Este é, seguramente, um dos pontos mais críticos do documento. Embora a ação docente sejam fundamental e fundacional de uma mudança é evidente que a ação política e a ação organizacional são aqui determinantes. De facto, a prática docente é fortemente condicionada pelos currículos e pelos programas, pelos espaços, pelos tempos, pela distribuição de serviço docente e discente, pelo modo de agrupar os alunos. As práticas docentes são muito determinadas pela formação (inicial e contínua), pelas lideranças escolares, pelo sistema de recrutamento e colocação de professores, pela instituição de reais equipas educativas. O sucesso deste perfil passa obrigatoriamente por aqui.

8. Conclusões e recomendações

Aqui chegados, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Clara de Resende conclui o seguinte:

- a) Que este documento pode constituir uma boa base de referência para dotar a ação educativa de mais coerência, articulação e sentido.

Considera, no entanto, ser recomendável que:

- b) O modelo central de elaboração de currículos e programas seja profundamente revisto para que o *perfil* seja possível de concretizar;
- c) Se reforce a importância das competências de criação;
- d) Se enfatize a importância da solidariedade e da compaixão;
- e) As implicações não se restrinjam à ação docente, mas se alarguem à ação política e organizacional.

Porto, Agrupamento de Escolas Clara de Resende, 9 de março de 2017.

Aprovado por unanimidade na sessão do Conselho Geral de 8 de março de 2017.